



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 11ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE EM 15.10.2015

Aos 15 dias do mês de outubro de 2015, compareceu à sede da 11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0005425-50.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Substituto Rodrigo Machado Jahn, pela Diretora de Secretaria Adriana Kirsch Trojahn e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da instalação da Vara do Trabalho:** 08.03.1971

**Data da última correição realizada:** 24.11.2014

**Data de Instalação do PJe:** 23.09.2013

**Jurisdição:** Porto Alegre

**1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 15.10.2015**

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Juizes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
<b>Roberto Antônio Carvalho Zonta*1</b>	<b>Juiz Titular</b>	Desde 13.03.2002
<b>Bárbara Schönhofen Garcia*2</b>	<b>Juíza Substituta lotada</b>	Desde 08.09.2015

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 07.10.2015)

\*2 A Juíza gozará período de férias a partir de 15.10, dia da correição, até 13.11.2015.

(\*1) O Juiz Titular **Roberto Antônio Carvalho Zonta** está convocado para atuar neste Tribunal desde 05.02.2014 até 11.12.2015, intercalando períodos de férias.



## 2.1.2 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre pertence à 11ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação de 1 Juiz Substituto.

## 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correccionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
-	<b>Roberto Antônio Carvalho Zonta</b>	<b>Juiz Titular desde 13.03.2002</b>		
1	<b>Diogo Souza</b>	<b>Juiz Substituto lotado de 30.04.2012 a 29.09.2014</b>		
2	<b>Ana Paula Kotlinsky Severino</b>	<b>06.02.2014</b> 10 a 30.03.2014 05.04 a 04.05.2014	<b>Atuou</b> em razão do Juiz Substituto lotado encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária	52 dias
		<b>07.02 a 09.03.2014</b> 31.03 a 04.04.2014	<b>Atuou</b> em razão da convocação do Juiz Titular para atuar neste Tribunal	37 dias
3	<b>Eduardo Batista Vargas</b>	<b>18.03.2014</b>	<b>Atuou</b> como Juiz Auxiliar	1 dia
4	<b>Daniela Meister Pereira</b>	<b>31.03 a 04.04.2014</b>	<b>Atuou</b> em razão do afastamento do Juiz Substituto lotado para proferir decisão em processos do seu resíduo	4 dias
5	<b>Rafael Moreira de Abreu</b>	<b>05.05 a 13.08.2014</b>	<b>Atuou</b> em razão do Juiz Substituto lotado encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária	99 dias
6	<b>Oswaldo Antônio da Silva Stocher</b>	<b>14 a 17.08.2014</b>	<b>Atuou</b> em razão do Juiz Substituto lotado encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária	4 dias
7	<b>Rodrigo Machado Jahn</b>	<b>18.08 a 05.10.2014</b> 17 a 19.11.2014 07.01 a 12.04.2015 08.06 a 16.08.2015 16.09 a 14.10.2015	<b>Atuou</b> em razão do Juiz Substituto lotado encontrar-se na titularidade da Unidade Judiciária	245 dias
		<b>06.10 a 09.11.2014</b> 13 a 29.04.2015 30.05 a 07.06.2015	<b>Atuou</b> em razão da convocação do Juiz Titular para atuar neste Tribunal	59 dias



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

		<b>10 a 16.11.2014</b>	<b>Atuou</b> em razão das férias do Juiz Titular	7 dias
		<b>15.10*</b> (data da correição)	<b>Atuará</b> em razão das férias da Juíza Substituta lotada (Bárbara Schönhofen Garcia)	1 dia
8	<b>Bárbara Fagundes</b>	<b>10 a 16.11.2014</b>	<b>Atuou</b> em razão das férias do Juiz Substituto lotado	7 dias
9	<b>Giovani Martins de Oliveira</b>	<b>Juiz Substituto lotado de 10.11.2014 a 16.08.2015</b>		
10	<b>Edenir Barbosa Domingos</b>	<b>17.08 a 07.09.2015</b>	<b>Atuou</b> em razão da convocação do Juiz Titular para atuar neste Tribunal	21 dias
-	<b>Bárbara Schönhofen Garcia</b>	<b>Juíza Substituta lotada desde 08.09.2015</b>		

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 07.10.2015)

\* Período total de atuação: de 15.10 a 13.11.2015 (30 dias).

#### 2.1.4 Afastamentos do Juiz Titular e dos Juízes Substitutos lotados durante o Período Correccionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	<b>Roberto Antônio Carvalho Zonta</b>	Convocação para atuar no TRT	05.02 a 16.07.2014 05.08 a 09.11.2014 25.11 a 06.01.2015 06.02 a 19.07.2015 13.08 a <b>15.10.2015*</b> (data da correição)	527 dias
		Férias	07.01 a 05.02.2014 17.07 a 04.08.2014 10 a 24.11.2014 07.01 a 05.02.2015 21.07 a 12.08.2015	117 dias
Substitutos lotados	<b>Diogo Souza</b>	Férias	07.02 a 09.03.2014	31 dias
		Afastamento para proferir decisão em processos do seu resíduo	31.03 a 04.04.2014	5 dias
	<b>Giovani Martins de Oliveira</b>	Férias	10 a 16.11.2014 13 a 29.04.2015 29.05 a 07.06.2015	34 dias
	<b>Bárbara Schönhofen Garcia</b>	Férias	<b>15.10.2015**</b> (data da correição)	1 dia

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 07.10.2015)

\*1 Período total de convocação: de 13.08 a 11.12.2015 (121 dias).

\*2 Período total de afastamento: de 15.10 a 13.11.2015 (30 dias).



## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Adriana Kirsch Trojahn	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Diretora de Secretaria (CJ3)</b>	16.03.2006
-	Evandro de Araújo Menine	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Juiz Substituto (FC05)</b>	08.09.2015
2	Maria Ilda dos Santos Cezar	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	16.03.2006
3	Maurício Corte	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	07.07.2010
4	Márcia Dias Tavares	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Secretária de Audiência (FC03)</b>	10.05.2012
5	Cristian Dias Birk	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	12.06.2007
6	Isabel Hruschka Rodrigues Azevedo	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	02.03.2015*1
*2	Edson Seffner	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>11.11.1993</b>
7	Enildo Garra Ritta	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>14.07.1997</b>
8	Hilara Emília Machado do Valle Pereira	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	<b>21.02.2007</b>
9	Ernani Angelim Costa	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>04.06.2007</b>
10	Cristina Martinez Cauduro Dreyssig	Analista Judiciário - Área Administrativa	-	<b>18.02.2008</b>
11	Alan Santana Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>28.11.2011</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.09.2015)



\*1 A servidora Isabel Hruschka Rodrigues Azevedo registra lotação anterior na Unidade Judiciária, de 30.08.2012 a 05.09.2013.

\*2 Servidor classificado como "excedente" pela SEGESP.

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.562 processos	1.501 a 2.000	<b>11 servidores</b>	13 a 14 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas nas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre está **abaixo** do parâmetro previsto na referida norma. Contudo, em sede administrativa neste Tribunal foi autorizada a lotação de 13 servidores (adequada), conforme Processo Administrativo nº 0005178-06.2014.5.04.0000.

## 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>Adriana Kirsch Trojahn</b>	Curso ou Evento	5	<b>8</b>
	Doença em Pessoa da Família	2	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
<b>Alan Santana Silva</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	<b>1</b>
<b>Cristian Dias Birk</b>	-	-	-
<b>Cristina Martinez Cauduro Dreyssig</b>	Doença em Pessoa da Família	1	<b>2</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
<b>Edson Seffner</b>	Curso ou Evento	6	<b>15</b>
	Dispensa Médica	2	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	7	
<b>Enildo Garra Ritta</b>	Doação de Sangue	1	<b>1</b>
<b>Ernani Angelim Costa</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	<b>3</b>
<b>Evandro de Araújo Menine</b> (desde 08.09.2015)*	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Hilara Emília Machado do Valle Pereira</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	<b>2</b>
<b>Isabel Hruschka Rodrigues Azevedo</b> (desde 02.03.2015)*	Curso ou Evento	1	<b>3</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	
<b>Márcia Dias Tavares</b>	Curso ou Evento	2	<b>6</b>
	Doença em Pessoa da Família	3	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
<b>Maria Ilda dos Santos Cezar</b>	Falecimento de Pessoa da Família	8	<b>9</b>
	Doença em Pessoa da Família	1	
<b>Maurício Corte</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	<b>1</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.09.2015)

\* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

## 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Jerônimo Azambuja Franco Neto	16.01.2013	<b>24.02.2014</b>	1 ano, 1 mês e 9 dias	Lotação no Gab. Des. José Felipe Ledur – Assistente de Gabinete (FC05)
2	Marcos Dias Marino	30.04.2012	<b>14.12.2014</b>	2 anos, 7 meses e 15 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Frederico Westphalen - Assistente de Juiz Titular (FC05)*
3	Virgínia Isabel de Campos Cypriano	18.02.1998	<b>19.01.2015</b>	16 anos, 11 meses e 2 dias	Aposentadoria
4	Kezia Borba Borges	07.10.2013	<b>05.04.2015</b>	1 ano, 5 meses e 29 dias	Lotação no Gab. Des. José Felipe Ledur – Assistente de Gabinete (FC05)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

5	Márcia Bins Di Napoli	10.11.2014	<b>16.08.2015</b>	9 meses e 7 dias	Lotação na Secretaria da Corregedoria - Assistente de Juiz Substituto (FC05)*
6	Luciane Hubner Cioccarri	28.04.2015	<b>22.09.2015</b>	4 meses e 25 dias	Lotação no Gab. Des. Juraci Galvão Júnior – Assistente de Gabinete (FC05)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.09.2015)

\* Os servidores já ocupavam função comissionada de Assistente de Juiz (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.

## 2.2.5 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	<b>Mariane Padilha Dall Agnol</b>	Superior em Direito	01.07.2014 a 31.12.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.09.2015)

## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação do Juiz Titular e dos Juizes Substitutos lotados durante o Período Correccionado

Juiz (a)		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
<b>Titular</b>	<b>Roberto Antônio Carvalho Zonta</b>	-	-	88	<b>88</b>
<b>Substitutos lotados</b>	<b>Diogo Souza</b>	-	3	24,5	<b>27,5</b>
	<b>Giovani Martins de Oliveira</b>	-	-	43	<b>43</b>
	<b>Bárbara Schönhofen Garcia</b>	-	12	120	<b>132</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 07.10.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

### 2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
<b>Adriana Kirsch Trojahn*</b>	-	-	28	<b>28</b>
<b>Alan Santana Silva</b>	-	4	-	<b>4</b>
<b>Cristian Dias Birk</b>	-	-	78	<b>78</b>
<b>Cristina Martinez Cauduro Dreyssig</b>	-	-	-	<b>-</b>
<b>Edson Seffner</b>	-	20	10	<b>30</b>
<b>Enildo Garra Ritta</b>	-	-	-	<b>-</b>



<b>Ernani Angelim Costa</b>	20	-	21	<b>41</b>
<b>Evandro de Araújo Menine</b>	20	28	19	<b>67</b>
<b>Hilara Emília Machado do Valle Pereira</b>	-	4	-	<b>4</b>
<b>Isabel Hruschka Rodrigues Azevedo</b>	-	8	25	<b>33</b>
<b>Márcia Dias Tavares</b>	-	6	66	<b>72</b>
<b>Maria Ilda dos Santos Cezar</b>	20	10	110	<b>140</b>
<b>Maurício Corte</b>	-	-	-	<b>131</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.09.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

\* Gestora da Unidade Judiciária.

### **3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL**

#### **3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO**

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
<b>Pendentes de finalização na fase de conhecimento*</b>	2.302	2.442	6,08%	2.558	4,75%
<b>Pendentes de finalização na fase de liquidação**</b>	192	239	24,48%	263	10,04%
<b>Pendentes de finalização na fase de execução***</b>	1.644	1.680	2,19%	1.723	2,56%
<b>Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução</b>	66	21	-68,18%	46	119,05%
<b>Total</b>	<b>4.204</b>	<b>4.382</b>	<b>4,23%</b>	<b>4.590</b>	<b>4,75%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

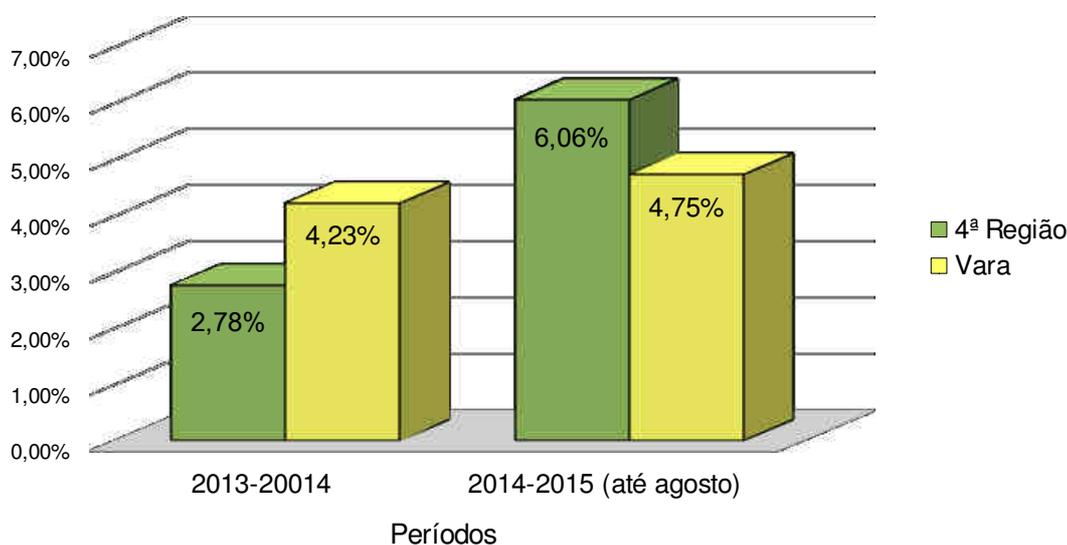
No ano de 2014, houve uma elevação de 4,23% no acervo de processos tramitando na Unidade Judiciária em relação ao ano anterior. Em números absolutos, o conhecimento foi a fase que apresentou maior aumento no estoque (acréscimo de 140 processos, o que corresponde a uma elevação de 6,08%), ao passo que a liquidação foi a fase cujo acervo registrou a maior elevação percentual (24,48%) no período sob análise. Por sua vez, as cartas precatórias e/ou de ordem pendentes de devolução foram a única espécie que



apresentou redução de estoque (decréscimo de 45 processos, o que corresponde a uma queda de 68,18%) na comparação entre os anos de 2013 e de 2014.

O acréscimo no estoque de processos da 11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2014 superou a média apresentada pela 4ª Região no período, quando registrado um aumento de 2,78% no número de processos em tramitação. A seu turno, os dados parciais de 2015 (colhidos até o mês de agosto) apontam um aumento de 4,75% no acervo de processos tramitando na Unidade – aumento este inferior, contudo, à tendência regional no mesmo período, como aponta o gráfico abaixo:

Variação percentual do acervo de processos tramitando



## 3.2 FASE DE CONHECIMENTO

### 3.2.1 Processos Pendentes de Solução

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
<b>Casos novos</b>	1.520	1.688	11,05%	1.184	-29,86%
<b>Sentenças anuladas/reformadas</b>	18	14	-22,22%	7	-50,00%
<b>Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*</b>	1.441	1.169	-18,88%	1.194	2,14%
<b>Processos pendentes de solução</b>	<b>1.079</b>	<b>1.282</b>	<b>18,81%</b>	<b>1.219</b>	<b>-4,91%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

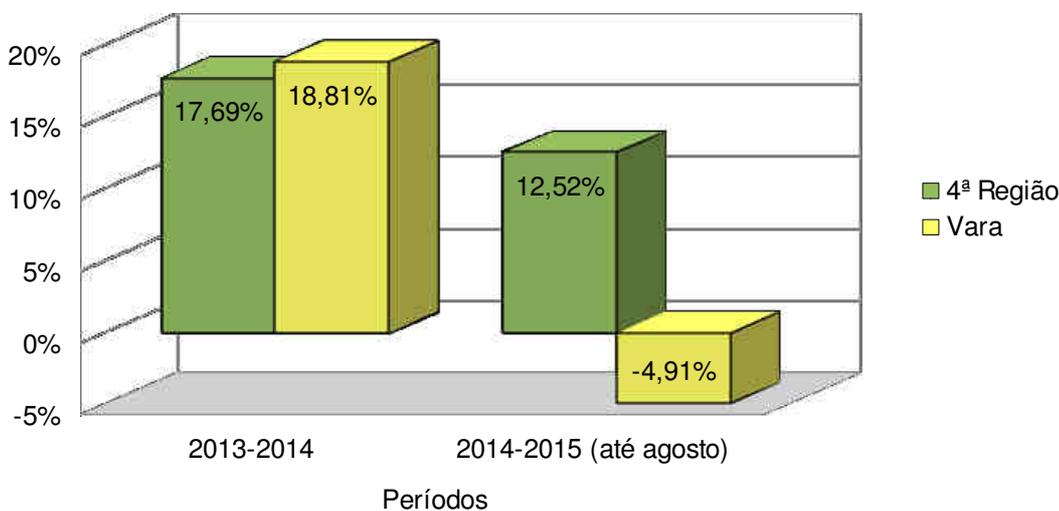
No ano de 2014, registrou-se uma elevação de 18,81% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 1.079 para 1.282 processos) – índice ligeiramente superior ao verificado em toda a 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase



de conhecimento registrou aumento de 17,69%. O principal fator que contribuiu para esse acréscimo no estoque foi a queda de 18,8% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013, combinada com um aumento de 11,05% na média mensal de casos novos – a qual passou de 128,17 processos, em 2013, para 141,83 processos, em 2014.

Em contrapartida, os dados dos oito primeiros meses de 2015 apontam queda de 4,91% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice vai de encontro à tendência da 4ª Região no mesmo período de 2015, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Variação percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que em 31.12.2014 a maior parte destes (54,84%) se encontrava aguardando o encerramento da instrução processual. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2013 a 31.12.2014, houve aumento de 27 processos no número de feitos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade, o que corresponde a um acréscimo de 23,28%, ao passo que no período de 01.01.2015 a 31.08.2015 houve uma redução de 117 processos, o que perfaz uma queda de 81,82%. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
<b>Aguardando 1ª sessão de audiência</b>	179	362	102,23%	332	-8,29%
<b>Aguardando encerramento da instrução</b>	666	703	5,56%	761	8,25%
<b>Aguardando prolação de sentença – no prazo</b>	118	74	-37,29%	100	35,14%



<b>Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido</b>	116	143	23,28%	26	-81,82%
<b>TOTAL</b>	<b>1.079</b>	<b>1.282</b>	<b>18,81%</b>	<b>1.219</b>	<b>-4,91%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

### 3.2.2 Taxa de Congestionamento\*

<b>Taxa de congestionamento – fase de conhecimento</b>					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
<b>Porto Alegre – 11ª Vara</b>	43,47%	57,96%	33,35%	51,72%	-10,78%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	40,94%	44,33%	8,28%	55,03%	24,14%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior + processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período em relação ao total pendente de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 57,96% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 33,35% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, a seu turno, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 13,63 pontos percentuais.

### 3.2.3 Processos Solucionados

<b>Processos solucionados</b>							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até 31.08)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
<b>Com exame de mérito</b>	<b>Conciliação</b>	649	45,04	358	30,62	410	34,34
	<b>Julgado procedente</b>	22	1,53	25	2,14	47	3,94
	<b>Julgado procedente em parte</b>	500	34,70	506	43,28	478	40,03
	<b>Julgado improcedente</b>	94	6,52	117	10,01	112	9,38
	<b>Extinto</b>	5	0,35	5	0,43	3	0,25
	<b>Outras decisões</b>	2	0,14	0	0,00	0	0,00
<b>Sem exame de mérito</b>	<b>Extinto</b>	24	1,67	36	3,08	24	2,01
	<b>Arquivamento (art. 844 CLT)</b>	100	6,94	92	7,87	90	7,54
	<b>Desistência</b>	27	1,87	29	2,48	30	2,51
	<b>Outras decisões</b>	18	1,25	1	0,09	0	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.441</b>	<b>100</b>	<b>1.169</b>	<b>100</b>	<b>1.194</b>	<b>100</b>



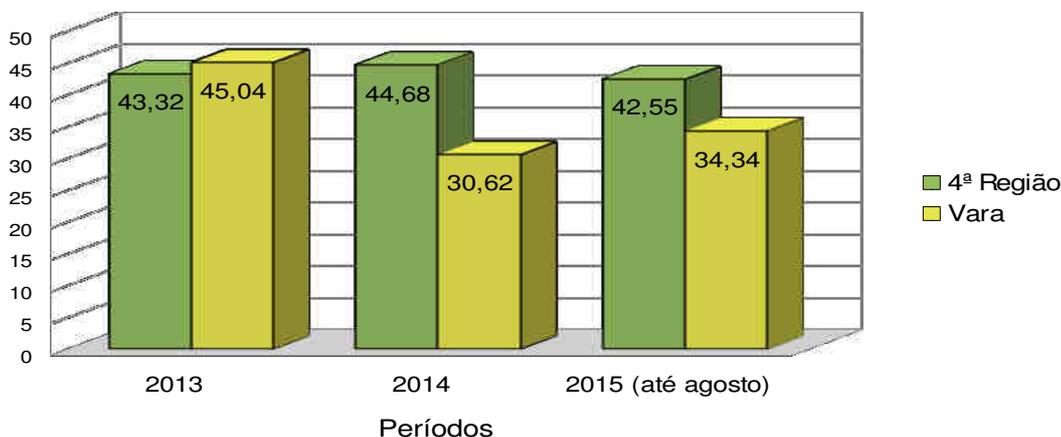
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

Verificou-se uma redução de 272 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014 na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 18,88%. Essa queda supera a tendência apresentada na 4ª Região, a qual apresentou uma redução média de 2,67% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013.

Dentre os tipos de solução, constatou-se uma elevação no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 623 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2014, esse número alcançou 653 decisões, representando um acréscimo de 4,82%. O desempenho da Unidade nesse quesito se mostra acima da média do TRT4, o qual registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

A análise do quadro acima demonstra, ainda, uma redução no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade: em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 649, representando 45,04% dos processos solucionados; já em 2014, o número total de conciliações alcançou 358, correspondendo a 30,62% - índice inferior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%. Por fim, constata-se que entre janeiro e agosto do corrente ano o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 34,34% - resultado novamente abaixo da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:

Percentual de conciliações nos processos solucionados





### 3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.3.1 Processos Pendentes de Liquidação

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
<b>Iniciadas</b>	448	488	8,93%	383	-21,52%
<b>Encerradas</b>	458	405	-11,57%	320	-20,99%
<b>Pendentes</b>	<b>191</b>	<b>236</b>	<b>23,56%</b>	<b>260</b>	<b>10,17%</b>
<b>Arquivo Provisório</b>	3	12	300,00%	10	-16,67%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

O número de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 191, em 2013, para 236, em 2014, importando em uma elevação de 23,56%. Esse aumento é ainda superior à tendência verificada em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%). O principal fator que contribuiu para essa elevação foi a queda de 11,57% no número de liquidações encerradas na comparação com o ano anterior combinada com um aumento de 8,93% no número de liquidações iniciadas em relação ao ano de 2013.

Por sua vez, nos oito primeiros meses de 2015, houve um aumento de 24 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2014 - o que corresponde a uma elevação de 10,17%, destoando da média de todo o TRT4 no período, que retrocedeu 1,87%.

#### 3.3.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório)*					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
<b>Porto Alegre – 11ª Vara</b>	30,82%	40,35%	30,95%	48,30%	19,70%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	42,12%	44,16%	4,83%	52,76%	19,47%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas/(resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na 11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi de 40,35% no ano de 2014, constatando-se um aumento de 30,95% em relação ao índice do ano anterior. Em contrapartida, na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade Judiciária foi 3,81 pontos percentuais inferior ao congestionamento médio do TRT4.



### 3.4 FASE DE EXECUÇÃO

#### 3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
<b>Entrada</b>	<b>Iniciadas</b>	600	495	-17,50%	391	-21,01%
	<b>Desarquivadas para prosseguimento</b>	58	925	1.494,83%	31	-96,65%
<b>Saídas</b>	<b>Encerradas</b>	678	536	-20,94%	239	-55,41%
	<b>Arquivadas Provisoriamente</b>	157	133	-15,29%	67	-49,62%
<b>Pendentes</b>	<b>Exclusivamente crédito previdenciário</b>	29	19	-34,48%	21	10,53%
	<b>Demais</b>	776	705	-9,15%	786	11,49%
	<b>Total</b>	<b>805</b>	<b>724</b>	<b>-10,06%</b>	<b>807</b>	<b>11,46%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>		2.181	1.404	-35,63%	1.431	1,92%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes na 11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre passou de 805 para 724 processos – o que corresponde a uma redução de 10,06% em relação ao ano anterior. Tal índice foi superior à tendência apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo médio. Essa redução decorre do fato de que, embora tanto o número de execuções iniciadas quanto o de encerradas tenham registrado queda na comparação com o ano de 2013, houve uma discrepância de 8,28% entre o número de execuções encerradas (536) e o de iniciadas (495) no ano de 2014.

Por outro lado, no período de janeiro a agosto de 2015, o estoque de processos na fase de execução na Unidade Judiciária apresentou uma elevação de 11,46% em relação ao final do ano anterior – resultado maior que a média regional no mesmo período, que avançou 1,88%.

#### 3.4.2 Taxa de Congestionamento\*

<b>Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório)*</b>					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
<b>Porto Alegre – 11ª Vara</b>	56,54%	58,77%	3,95%	78,57%	33,68%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	69,60%	70,81%	1,74%	81,60%	15,24%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 58,77% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 3,95% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, entretanto, o



Índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 12,04 pontos percentuais.

<b>Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)</b>					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
<b>Porto Alegre – 11ª Vara</b>	82,20%	84,60%	2,93%	90,51%	6,99%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	84,51%	84,91%	0,47%	89,16%	5,01%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da 11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre na fase de execução, a qual passa a corresponder a 84,60% – 2,93% superior à taxa registrada no ano anterior. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2014, a seu turno, a taxa de congestionamento da Unidade passa a ser 0,31 ponto percentual menor, o que denota uma efetividade na execução similar à média regional.

### 3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

<b>BNDT</b>					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
<b>Processos com inclusão de devedor no BNDT</b>	215	218	1,40%	88	-59,63%
<b>Processos com exclusão de devedor no BNDT</b>	186	107	-42,47%	71	-33,64%
<b>Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT</b>	<b>1.647</b>	<b>1.722</b>	<b>4,55%</b>	<b>1.726</b>	<b>0,23%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.08.2015. Dessa



consulta, resultou uma lista de **09 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:

<b>1</b>	<b>Processo nº 0000143-03.2012.5.04.0011</b>
<b>Situação processual:</b> em 11.02.2014, foi publicado despacho determinando a expedição de alvarás aos respectivos credores. Em 19.03.2014, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 16.07.2014, foi publicado despacho determinando o recolhimento das custas remanescentes e o arquivamento dos autos. Em 10.09.2014, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. <b>Histórico BNDT:</b> em 03.05.2013, a executada “Tixei Brasil Ltda.” foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”. Em 16.10.2013, foi alterada a anotação da situação para “com garantia do juízo”. Também em 16.10.2013, a segunda ré, “Sipar Sociedade de Incorporações e Participações S.A.”, foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “com garantia do juízo”. Em 19.01.2015, apenas a primeira demandada foi excluída do BNDT.	
<b>2</b>	<b>Processo nº 0000202-25.2011.5.04.0011</b>
<b>Situação processual:</b> em 22.07.2013, foi publicado despacho homologando acordo celebrado entre as partes. Em 04.12.2014, após comprovado o cumprimento integral do acordo, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 05.12.2014, foi publicado despacho determinando o arquivamento dos autos. Em 08.06.2015, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. <b>Histórico BNDT:</b> em 22.10.2013, a executada “A. M. Rohrig e Filhos Ltda.” foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “exigibilidade suspensa”.	
<b>3</b>	<b>Processo nº 0023400-77.2000.5.04.0011</b>
<b>Situação processual:</b> em 09.10.2013, foi publicada decisão julgando extinta a execução, diante da quitação integral do débito, e determinando o oportuno arquivamento dos autos. Também em 09.10.2013, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 09.12.2013, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. <b>Histórico BNDT:</b> em 14.09.2011, as coexecutadas “BH Telecomunicações Ltda.”, “Retebrás Redes e Telecomunicações Ltda. (Massa Falida)” e “Oi S.A.” foram incluídas no BNDT, com a anotação da situação “com garantia do juízo”. Em 19.01.2015, apenas a primeira ré foi excluída do BNDT.	
<b>4</b>	<b>Processo nº 0026300-18.2009.5.04.0011</b>
<b>Situação processual:</b> em 10.02.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 11.02.2015, diante de petição noticiando a quitação da dívida, foi publicado despacho determinando o arquivamento dos autos. Em 12.02.2015, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. <b>Histórico BNDT:</b> em 12.09.2011, a executada “Arquimétrica Construções Ltda.” foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”. Em 30.07.2012, foi alterada a anotação da situação para “exigibilidade suspensa”. Em 09.05.2013, a anotação da situação foi novamente alterada para “sem garantia do juízo”. Em 08.08.2014, a coexecutada “Sabrina da Cunha Romeiro” também foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 18.09.2015)

Além dos processos supralistados, também se encontram com reclamados inscritos no BNDT, apesar de suas execuções terem sido extintas, os seguintes processos já arquivados definitivamente:



Processo nº		
0028900-12.2009.5.04.0011	0029000-98.2008.5.04.0011	0031500-45.2005.5.04.0011
0042900-22.2006.5.04.0011	0000466-76.2010.5.04.0011	-

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de inclusão e exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

### 3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2013			2014			2015 (até 31.08)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
<b>Embargos de declaração</b>	341	336	55	340	327	73	240	243	97
<b>Antecipações de tutela</b>	39	11	31	172	44	108	115	47	153
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	68	61	15	46	72	11	46	62	22
<b>Embargos à execução</b>	146	112	53	138	137	53	110	113	50
<b>Embargos à arrematação</b>	3	3	0	0	0	0	2	2	0
<b>Embargos à adjudicação</b>	0	0	0	0	0	0	1	0	1
<b>Exceções de pré-executividade</b>	9	1	12	7	8	11	6	11	8

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 703 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 16,01% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados aumentou 12,21% na comparação entre os anos de 2013 e 2014, passando de 524 para 588; em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2014 subiu de 166 para 256 processos. Destaca-se, por fim, que em 31.08.2015 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 331 processos, saldo 29,30% superior ao do final do período anterior – sendo que as antecipações de tutela são a espécie que correspondem à maior parte (46,22%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que



fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

<b>1</b>	<b>Processo nº 0001104-12.2010.5.04.0011</b>
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a oposição, em 29.08.2011, de <b>embargos de declaração</b> pela parte ré. Consta-se, entretanto, que o referido incidente processual dizia respeito a acórdão proferido pela 3ª Turma deste Tribunal, tendo sido equivocadamente protocolizado (via e-doc) na Unidade Judiciária, e posteriormente remetido a este Tribunal para apreciação. Verifica-se, ainda, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
<b>2</b>	<b>Processo nº 0014300-88.2006.5.04.0011</b>
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a apresentação, em 19.05.2011, de <b>impugnação à sentença de liquidação</b> tanto pela parte autora, em 19.05.2011, quanto pela parte ré, em 06.06.2011. Em 30.03.2012, foram lançados andamentos relativos à apreciação dos incidentes processuais apresentados pelas partes, tendo sido ambas acolhidas em parte. Consta-se, outrossim, que o incidente efetivamente apresentado pela parte ré tratava-se de embargos à execução, tendo havido equívoco no lançamento da petição apresentada pela reclamada. Verifica-se, desse modo, que o incidente apresentado pela parte ré segue constando como pendente de solução no sistema informatizado.	
<b>3</b>	<b>Processo nº 0120200-55.2009.5.04.0011</b>
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a apresentação, em 14.01.2013, de <b>embargos à execução</b> pela parte ré. Em 22.01.2013, foi publicado despacho no qual o Juízo entendeu desnecessário o processamento do referido incidente processual, em face à suspensão do feito por 180 dias deferida em 14.01.2013. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
<b>4</b>	<b>Processo nº 0001188-42.2012.5.04.0011</b>
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a apresentação, em 03.03.2015, de <b>exceção de pré-executividade</b> pela primeira reclamada. Não obstante, em 30.04.2015, foi publicado despacho homologando acordo celebrado entre as partes, tornando sem objeto, por conseguinte, o incidente processual apresentado pela parte ré. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 18.09.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.



## 4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

### 4.1 FASE DE CONHECIMENTO

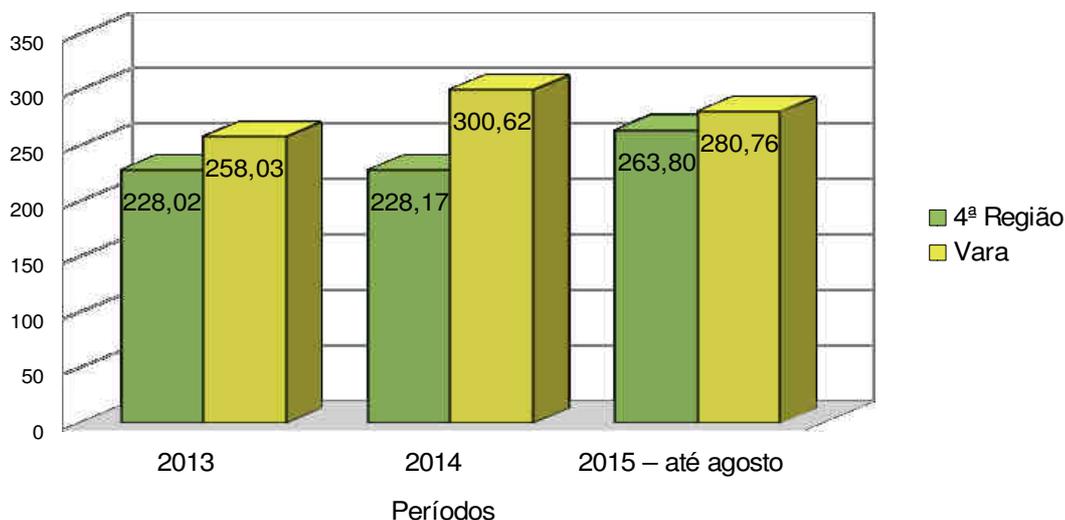
Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	81,75	102,25	25,08%	127,06	24,26%
	Ordinário	282,46	320,09	13,32%	298,6	-6,71%
	<b>Total</b>	<b>258,03</b>	<b>300,62</b>	<b>16,51%</b>	<b>280,76</b>	<b>-6,61%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre apresentou uma elevação de 16,51%, passando de 258,03 para 300,62 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 25,08% em relação à média do ano anterior, passando de 81,75 para 102,25 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 320,09 dias, 13,32% mais moroso na comparação com 2013. Registra-se, em contrapartida, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e agosto de 2015 apontam uma redução de 6,61% no prazo médio de tramitação na fase de conhecimento.

Ainda, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 31,75% mais moroso (72,45 dias) que a média de todas as Unidades do TRT4, ao passo que no período de janeiro a agosto de 2015 o prazo médio foi 6,43% mais longo (16,96 dias) do que o da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de conhecimento





## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

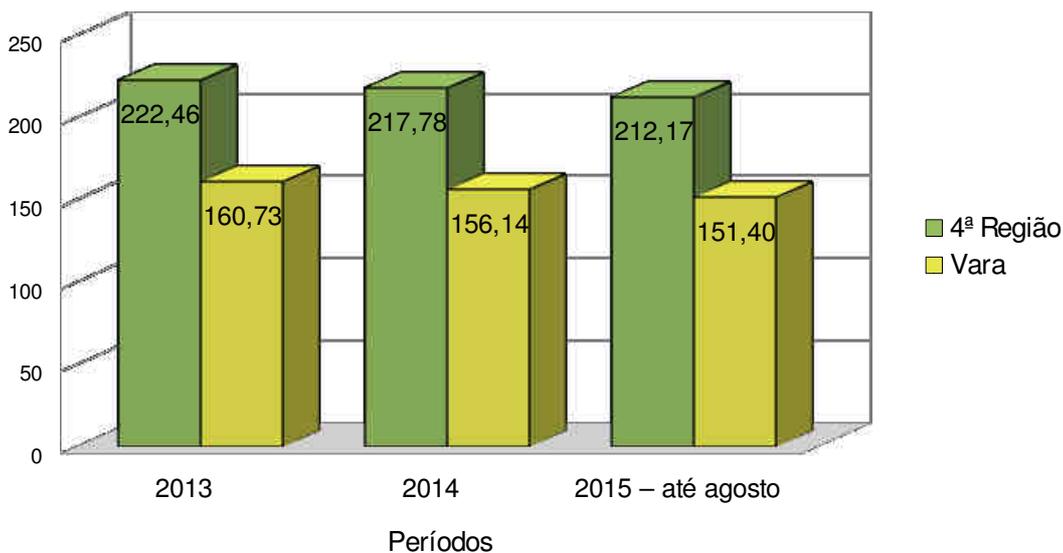
		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	100,33	92,12	-8,19%	107,60	16,80%
	Ordinário	165,61	162,04	-2,16%	155,33	-4,14%
	<b>Total</b>	<b>160,73</b>	<b>156,14</b>	<b>-2,85%</b>	<b>151,40</b>	<b>-3,03%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 92,12 dias, o que equivale a uma redução de 8,19% em relação à média do ano anterior. Por sua vez, no rito ordinário o prazo médio alcançou 162,04 dias, 2,16% mais célere na comparação com 2013. A seu turno, os dados do ano de 2015, colhidos de janeiro a agosto, apontam uma tendência de elevação do prazo médio entre o início e o encerramento da liquidação no tocante ao rito sumaríssimo, e de nova redução desse lapso com relação ao rito ordinário.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2014 foi 28,31% mais célere (61,64 dias) do que o desempenho de toda a 4ª Região, e 28,64% mais ágil (60,77 dias) nos oito primeiros meses de 2015. Especificações no gráfico abaixo:

### Prazo médio total - fase de liquidação





### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	405,02	446,46	10,23%	343,41	-23,08%
	Ente público	829,95	2.395,19	188,60%	861,11	-64,05%
	<b>Total</b>	<b>420,34</b>	<b>698,91</b>	<b>66,27%</b>	<b>366,94</b>	<b>-47,50%</b>

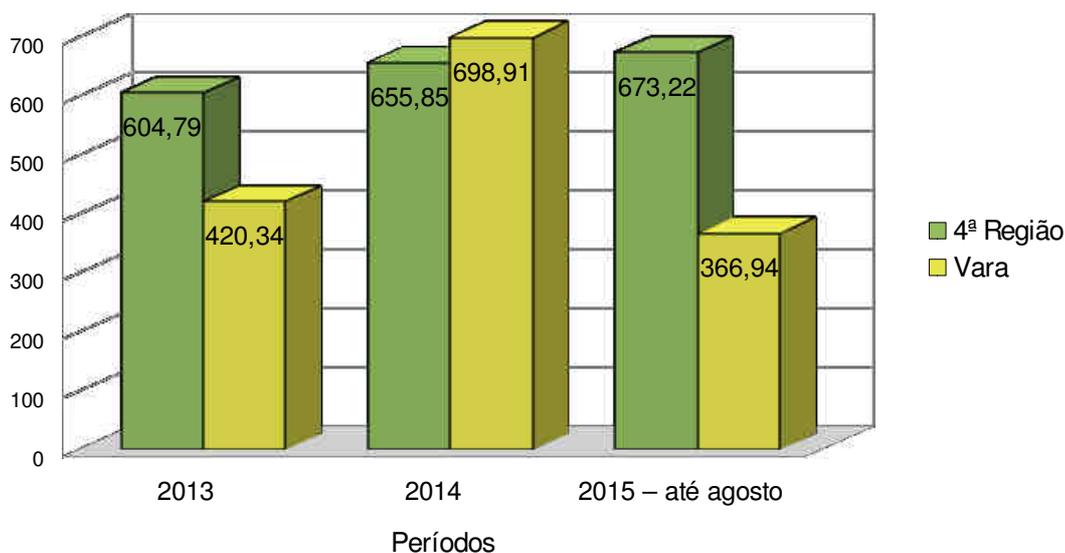
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

O prazo médio de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária em 2014 nos processos em que o executado era ente privado foi de 446,46 dias, o qual foi 10,23% maior do que o prazo do ano anterior, ao passo que entre janeiro e agosto de 2015 esse prazo foi de 343,41 dias, 23,08% menor do que em 2014.

Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução em 2014 foi de 2.395,19 dias, 188,60% mais moroso do que a média do ano anterior; já em 2015, o prazo médio caiu para 861,11 dias, lapso 64,05% mais curto do que em 2014.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação na fase de execução foi 6,57% mais moroso (43,06 dias) do que a média regional. Em contrapartida, os dados de janeiro a agosto de 2015 apontam que, nesse período, o prazo médio de tramitação na Unidade foi 45,50% inferior (306,28 dias) à média de todo o TRT4.

#### Prazo médio total - fase de execução





## **5 METAS**

### **5.1 METAS DO CNJ – ANOS ANTERIORES A 2014**

**5.1.1 Meta 2 – 2009:** “Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.

<b>META 2/2009 CNJ</b>	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0	<b>Meta cumprida</b>

**5.1.2 Meta 2 – 2010:** “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.

<b>META 2/2010 CNJ</b>	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
1 processo	<b>Meta não cumprida</b>
<b>1</b>	<b>Processo nº 0107500-52.2006.5.04.0011</b>
<b>Situação processual:</b> conforme consulta ao sistema inFOR, trata-se de reclamatória que permaneceu suspensa entre 18.12.2006 e 29.11.2013 e que se encontra novamente suspensa desde 25.11.2014, aguardando o trânsito em julgado do processo nº 0008300-39.2005.5.04.0001 que tramita perante a 1ª Vara do Trabalho de Porto Alegre).	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.09.2015)

**5.1.3 Meta 2 – 2012:** “Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.

<b>META 2/2012 CNJ</b>			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	Resultado
1.225	1.225	<b>100,00%</b>	<b>Meta cumprida</b>

**5.1.4 Meta 2 – 2013:** “Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.

<b>META 2/2013 CNJ</b>			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	Resultado
1.240	1.239	<b>99,92%</b>	<b>Meta cumprida</b>

### **5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014**

**5.2.1 Meta 1:** “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.



META 1/2014 CNJ			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	%	Resultado
1.688	1.169	69,25%	Meta não cumprida

**5.2.2 Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.

META 2/2014 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011			
Processos não julgados até 31.12.2011	Processos distribuídos até 31.12.2011 e julgados entre 01.01.2012 e 31.12.2014	%	Resultado
288	288	100,00%	Meta cumprida

Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012			
Processos não julgados até 31.12.2012	Processos distribuídos até 31.12.2012 e julgados entre 01.01.2013 e 31.12.2014	%	Resultado
998	964	96,59%	Meta cumprida

**5.2.3 Meta 5:** “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

**Observação:** O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (*percentual precedido do sinal positivo*) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (*percentual precedido do sinal negativo*) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	3.178
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	479
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	490
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	587
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	620
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	0
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	446
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	763
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	0
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	8
P5.16	Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	0
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	13
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0

\* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** =  $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$   
**Percentual de redução - Execução Fiscal** =  $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$

META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado
7,51%	Meta cumprida
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado
Não avaliado*	Não avaliado*

\*Na jurisdição de Porto Alegre, a 18ª Vara do Trabalho possui competência funcional em feitos em que a Fazenda Pública figura como parte.

**5.2.4 Meta 6:** "Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau".

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida



### 5.3 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.3.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.08.2015	Solucionados até 31.08.2015	%	Resultado parcial (até agosto)
1.184	1.194	100,84%	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta

**5.3.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2013			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 01.01.2014 e 31.08.2015	%	Resultado parcial (até agosto)
1.066	1.016	95,31%	Meta já cumprida

**5.3.3 Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 31.08)	Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 31.08)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até agosto)
391	316	80,82%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

**5.3.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado parcial (até agosto)
0	Meta já cumprida

**5.3.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

META 7/2015 CNJ					
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014		Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (31.08.2015)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta	Resultado parcial (até agosto)
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	39	36	38	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta</b>
2º	Estado do Rio Grande do Sul	26	24	25	
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	33	6	32	
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	10	4	9	
5º	União	223	14	219	
6º	OI S.A.	26	27	25	
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	35	1	34	
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	15	16	14	
9º	Banco do Brasil S.A.	7	10	6	
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	45	11	44	

### 5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 (até 31.08)	Prazo médio a ser alcançado em 2015	Resultado parcial (até agosto)
228,17	300,62	280,76	<b>297,62</b>	<b>Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta</b>

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”



META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 31.08)	Meta para 2015	Resultado parcial (até agosto)
<b>Total de acordos</b>	649	358	503,50	410	<b>509</b>	<b>Média parcial indicativa de cumprimento da meta</b>
<b>Média mensal de acordos</b>	54,08	29,83	41,96	58,57	<b>42,42</b>	

## 6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

### 6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças, quartas e quintas-feiras pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>	7 (I) 1 (U) 3 (P)	-			
<b>Tarde</b>	-	-	-	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 15.10.2015)

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>	-	-	-	-	-
<b>Tarde</b>	6 (I) 1 (U) 4 (P)	6 (I) 1 (U) 4 (P)	6 (I) 1 (U) 4 (P)	6 (I) 1 (U) 1 a 4 (P)	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 15.10.2015)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

### 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
<b>Inicial</b>	09.12.2015	16.12.2015	09.12.2015	17.12.2015
<b>Una Sumaríssimo</b>	26.02.2016	15.12.2015	24.02.2016	16.12.2015
<b>Instrução</b>	06.06.2016	12.09.2016	07.06.2016	30.08.2016



Tentativa de acordo em execução	-	-	-	-
---------------------------------	---	---	---	---

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 15.10.2015)

### 6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	49,13	49,42	0,59%	66,29	34,12%
	Ordinário	50,11	57,26	14,27%	77,45	35,26%
	<b>Total</b>	<b>49,99</b>	<b>56,42</b>	<b>12,86%</b>	<b>76,33</b>	<b>35,29%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 09.09.2015)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo manteve-se praticamente estável no período sob análise, passando de 49,13 dias, em 2013, para 49,42 dias, em 2014 (elevação de 0,59%). A seu turno, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 50,11 dias, em 2013, para 57,26 dias, em 2014 (aumento de 14,27%). Por sua vez, os dados do ano de 2015, colhidos de janeiro a agosto, apontam para uma tendência de elevação dos prazos médios para a realização das audiências iniciais tanto no tocante ao rito sumaríssimo quanto com relação ao rito ordinário.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

### 6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2014				TOTAL
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Ana Paula Kotlinsky Severino	192	144	26	4	<b>366</b>
Bárbara Fagundes	0	2	0	0	<b>2</b>
Daniela Meister Pereira	19	12	2	0	<b>33</b>
Diogo Souza	551	334	84	3	<b>972</b>
Eduardo Batista Vargas	6	0	0	0	<b>6</b>
Giovani Martins de Oliveira	54	43	12	2	<b>111</b>
Maria Cristina Santos Perez	1	0	0	0	<b>1</b>
Oswaldo Antônio da Silva Stocher	5	2	1	0	<b>8</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Rafael Moreira de Abreu</b>	260	178	29	4	<b>471</b>
<b>Rodrigo Machado Jahn</b>	201	129	21	0	<b>351</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.289</b>	<b>844</b>	<b>175</b>	<b>13</b>	<b>2.321</b>
<b>2015 (até 31.08)</b>					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	<b>TOTAL</b>
<b>Edenir Barbosa Domingos</b>	40	31	5	0	<b>76</b>
<b>Giovani Martins de Oliveira</b>	411	267	57	7	<b>742</b>
<b>Rafael Moreira de Abreu</b>	0	0	1	0	<b>1</b>
<b>Rodrigo Machado Jahn</b>	384	224	42	2	<b>652</b>
<b>TOTAL</b>	<b>835</b>	<b>522</b>	<b>105</b>	<b>9</b>	<b>1.471</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.09.2015)

## 6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2014						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>Ana Paula Kotlinsky Severino</b>	45	91	0	136	21	<b>157</b>
<b>Bárbara Fagundes</b>	2	4	0	6	2	<b>8</b>
<b>Carlos Ernesto Maranhão Busatto</b>	0	21	0	21	0	<b>21</b>
<b>Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo</b>	0	7	0	7	0	<b>7</b>
<b>Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo</b>	0	30	0	30	0	<b>30</b>
<b>Daniela Meister Pereira</b>	5	12	0	17	1	<b>18</b>
<b>Diogo Souza</b>	223	228	5	456	93	<b>549</b>
<b>Edenir Barbosa Domingos</b>	0	8	0	8	0	<b>8</b>
<b>Giani Gabriel Cardozo</b>	0	1	0	1	0	<b>1</b>
<b>Giovani Martins de Oliveira</b>	32	3	0	35	14	<b>49</b>
<b>Juliane Penteado de Carvalho Bernardi</b>	0	29	0	29	0	<b>29</b>
<b>Laura Balbuena Valente Gabriel</b>	0	6	0	6	0	<b>6</b>
<b>Rafael Moreira de Abreu</b>	35	151	0	186	14	<b>200</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Roberto Antônio Carvalho Zonta</b>	0	4	0	4	0	<b>4</b>
<b>Roberto Teixeira Siegmann</b>	0	1	0	1	0	<b>1</b>
<b>Rodrigo Machado Jahn</b>	16	52	0	68	13	<b>81</b>
<b>TOTAL</b>	<b>358</b>	<b>648</b>	<b>5</b>	<b>1.011</b>	<b>158</b>	<b>1.169</b>
<b>2015 (até 31.08)</b>						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>Ana Paula Kotlinsky Severino</b>	0	5	0	5	0	<b>5</b>
<b>Bárbara Fagundes</b>	0	9	0	9	0	<b>9</b>
<b>Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo</b>	0	1	0	1	0	<b>1</b>
<b>Diogo Souza</b>	0	123	1	124	1	<b>125</b>
<b>Edenir Barbosa Domingos</b>	20	11	0	31	5	<b>36</b>
<b>Giovani Martins de Oliveira</b>	142	270	0	412	60	<b>472</b>
<b>Oswaldo Antônio da Silva Stocher</b>	0	2	0	2	0	<b>2</b>
<b>Rafael Moreira de Abreu</b>	1	1	0	2	0	<b>2</b>
<b>Rodrigo Machado Jahn</b>	247	215	2	464	78	<b>542</b>
<b>TOTAL</b>	<b>410</b>	<b>637</b>	<b>3</b>	<b>1.050</b>	<b>144</b>	<b>1.194</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.09.2015)

## 6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz Titular – Roberto Antônio Carvalho Zonta		
Não constam processos conclusos há mais de 50 dias		

Juíza substituta lotada – Bárbara Schönhofen Garcia		
Não constam processos conclusos há mais de 50 dias		

Juiz substituto – Rodrigo Machado Jahn		
Não constam processos conclusos há mais de 50 dias		

Juiz substituto – Edenir Barbosa Rodrigues		
0000010-53.2015.5.04.0011	-	-
Total: 01 processo		

Juiz substituto – Giovani Martins de Oliveira		
0020490-86.2014.5.04.0011	0020490-52.2015.5.04.0011	0021204-46.2014.5.04.0011
0020267-36.2014.5.04.0011	0020971-49.2014.5.04.0011	0020546-22.2014.5.04.0011
0001599-85.2012.5.04.0011	0021105-76.2014.5.04.0011	0021193-17.2014.5.04.0011
0020575-72.2014.5.04.0011	0021125-67.2014.5.04.0011	0020614-35.2015.5.04.0011



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0030400-84.2007.5.04.0011	0000950-86.2013.5.04.0011	0021141-21.2014.5.04.0011
0000405-50.2012.5.04.0011	0020301-11.2014.5.04.0011	0021208-83.2014.5.04.0011
0020349-67.2014.5.04.0011	0020544-18.2015.5.04.0011	0021215-75.2014.5.04.0011
0020694-33.2014.5.04.0011	0021082-33.2014.5.04.0011	0021217-45.2014.5.04.0011
0020385-12.2014.5.04.0011	0021089-25.2014.5.04.0011	0021383-10.2014.5.04.0001
0020551-44.2014.5.04.0011	0021092-77.2014.5.04.0011	0021685-09.2014.5.04.0011
0116900-71.1998.5.04.0011	0021109-16.2014.5.04.0011	0020733-30.2014.5.04.0011
0001489-86.2012.5.04.0011	0021172-41.2014.5.04.0011	0021230-44.2014.5.04.0011
0020998-32.2014.5.04.0011	0021483-32.2014.5.04.0011	0021389-84.2014.5.04.0011
0020452-74.2014.5.04.0011	0021584-69.2014.5.04.0011	0021643-57.2014.5.04.0011
0020354-89.2014.5.04.0011	0020735-97.2014.5.04.0011	0000438-06.2013.5.04.0011
0020465-73.2014.5.04.0011	0020615-54.2014.5.04.0011	0001018-88.2013.5.04.0026
0020491-71.2014.5.04.0011	0020813-91.2014.5.04.0011	0020714-24.2014.5.04.0011
0021384-62.2014.5.04.0011	0020906-20.2015.5.04.0011	0020845-96.2014.5.04.0011
0020362-32.2015.5.04.0011	0021117-90.2014.5.04.0011	0021617-59.2014.5.04.0011
0020742-89.2014.5.04.0011	0021158-57.2014.5.04.0011	0020360-33.2013.5.04.0011
0021196-69.2014.5.04.0011	0021593-31.2014.5.04.0011	0020181-02.2013.5.04.0011
0020807-84.2014.5.04.0011	0000847-79.2013.5.04.0011	0020535-56.2015.5.04.0011
0020251-48.2015.5.04.0011	0020496-93.2014.5.04.0011	0020782-71.2014.5.04.0011
0020282-39.2013.5.04.0011	0020913-46.2014.5.04.0011	0020867-57.2014.5.04.0011
0020332-65.2013.5.04.0011	0021148-13.2014.5.04.0011	0021067-64.2014.5.04.0011
0020368-10.2013.5.04.0011	0021165-49.2014.5.04.0011	0021164-64.2014.5.04.0011
0020451-55.2015.5.04.0011	0021680-84.2014.5.04.0011	0021174-11.2014.5.04.0011
0020716-42.2015.5.04.0016	0020746-29.2014.5.04.0011	0021240-88.2014.5.04.0011
0021007-91.2014.5.04.0011	0021034-74.2014.5.04.0011	0021606-30.2014.5.04.0011
0021043-36.2014.5.04.0011	0020785-89.2015.5.04.0011	0021696-38.2014.5.04.0011
0021064-12.2014.5.04.0011	0020916-98.2014.5.04.0011	0020819-98.2014.5.04.0011
0021099-69.2014.5.04.0011	0021179-33.2014.5.04.0011	0020868-42.2014.5.04.0011
0021562-11.2014.5.04.0011	0021188-92.2014.5.04.0011	0000156-65.2013.5.04.0011
0020372-47.2013.5.04.0011	-	-
<b>Total: 100 processos</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 14.11.2015, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 10.11.2015. 50 dias anteriores à data da correção: 25.08.2015)



## **7 ROTINAS DE SECRETARIA**

### **7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS**

Tarefas executadas logo após a assinatura do despacho. Não havia pendências na data da visita correcional, segundo informação da Diretora de Secretaria.

### **7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S**

Havia 07 processos pendentes de cumprimento, sendo o mais antigo com data de determinação de 08.10.2015.

### **7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS**

Tarefa executada em 48 horas, a contar da determinação.

### **7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES**

Tarefa executada em 24 horas.

### **7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO**

Estava em análise o protocolo de 09.10.2015 na data da visita correcional.

### **7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO**

A certificação de prazo estava em 28.09.2015.

### **7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT**

Sem pendências. Remessas semanais.

### **7.8 CONVÊNIOS**

Utilizados regularmente pela Unidade.

### **7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS**

Remessas mensais. Havia 05 processos pendentes de arquivamento para remessa no mês de novembro.



## 7.10 EXAME DOS LIVROS

### 7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0051700-44.2003.5.04.0011*	<b>01.06.2015</b>	4 meses e 5 dias
2	0119200-88.2007.5.04.0011*	<b>10.06.2015</b>	3 meses e 26 dias
3	0000193-63.2011.5.04.0011	<b>20.07.2015</b>	25 dias, a contar da dilação de prazo concedida até 10.09.2015
4	0000492-69.2013.5.04.0011	<b>20.08.2015</b>	1 mês e 16 dias
-	0000204-24.2013.5.04.0011	<b>28.08.2015</b>	Dilação de prazo concedida até 29.01.2016
-	0000520-37.2013.5.04.0011	<b>31.08.2015</b>	Houve dilação de prazo, sem informação de data final no inFOR.
5	0001342-26.2013.5.04.0011	<b>08.09.2015</b>	28 dias
6	0001523-95.2011.5.04.0011	<b>10.09.2015</b>	26 dias
7	0000181-15.2012.5.04.0011*	<b>10.09.2015</b>	26 dias
8	0001336-19.2013.5.04.0011*	<b>10.09.2015</b>	26 dias
9	0016500-10.2002.5.04.0011	<b>14.09.2015</b>	22 dias
10	0000596-95.2012.5.04.0011	<b>14.09.2015</b>	22 dias
11	0000771-55.2013.5.04.0011	<b>14.09.2015</b>	22 dias
12	0042200-17.2004.5.04.0011	<b>15.09.2015</b>	21 dias
13	0000196-81.2012.5.04.0011	<b>17.09.2015</b>	19 dias
14	0000915-29.2013.5.04.0011*	<b>18.09.2015</b>	18 dias
15	0082700-23.2007.5.04.0011	<b>20.09.2015</b>	16 dias
16	0000997-94.2012.5.04.0011	<b>21.09.2015</b>	15 dias
17	0000757-71.2013.5.04.0011	<b>21.09.2015</b>	15 dias
18	0058900-29.2008.5.04.0011	<b>21.09.2015</b>	15 dias
19	0051500-27.2009.5.04.0011	<b>23.09.2015</b>	13 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 05.10.2015)

\* Processos nos quais foram expedidas notificações para cobrança dos autos, ainda não devolvidos há mais de 10 dias.

### 7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000106-10.2011.5.04.0011* <sup>1</sup>	<b>21.06.2015</b>	3 meses e 15 dias
-	0025900-43.2005.5.04.0011	<b>20.08.2015</b>	Dilação de prazo concedida até 11.12.2015
2	0025700-70.2004.5.04.0011* <sup>2</sup>	<b>20.08.2015</b>	1 mês e 16 dias
3	0000816-64.2010.5.04.0011	<b>01.09.2015</b>	1 mês e 5 dias
4	0000071-79.2013.5.04.0011	<b>08.09.2015</b>	28 dias



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

-	0000536-93.2010.5.04.0011	<b>21.09.2015</b>	Dilação de prazo concedida até 25.10.2015
5	0001409-59.2011.5.04.0011	<b>21.09.2015</b>	15 dias
-	0000548-73.2011.5.04.0011	<b>21.09.2015</b>	Dilação de prazo concedida até 26.10.2015
6	0021400-75.1998.5.04.0011	<b>24.09.2015</b>	12 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 05.10.2015)

\*1 Em 03.09.2015, foi proferido despacho determinando a intimação do perito para devolver os autos com respectivo laudo em 10 dias, sob pena de expedição de mandado de busca e apreensão de autos. No entanto, até a presente data de consulta ao Sistema, o despacho ainda não foi cumprido pela Secretaria.

\*2 Houve dilação de prazo, também vencido há mais de 10 dias.

### 7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	011-00207/15	0001222-17.2012.5.04.0011	<b>15.06.2015</b>	3 meses e 21 dias
2	011-00209/15	0001652-66.2012.5.04.0011	<b>23.06.2015</b>	3 meses e 13 dias
3	011-00244/15	0001068-96.2012.5.04.0011	<b>06.07.2015</b>	3 meses
-	011-00238/15	0015200-66.2009.5.04.0011*	<b>14.07.2015</b>	-
4	011-00250/15	0000843-76.2012.5.04.0011	<b>21.07.2015</b>	2 meses e 15 dias
5	011-00258/15	0001129-20.2013.5.04.0011	<b>21.07.2015</b>	2 meses e 15 dias
6	011-00280/15	0097800-62.2000.5.04.0011	<b>02.09.2015</b>	1 mês e 4 dias
7	011-00302/15	0001014-33.2012.5.04.0011	<b>08.09.2015</b>	28 dias
8	011-00311/15	0000775-92.2013.5.04.0011	<b>08.09.2015</b>	28 dias
9	011-00313/15	0000948-19.2013.5.04.0011	<b>08.09.2015</b>	28 dias
10	011-00325/15	0000852-38.2012.5.04.0011	<b>15.09.2015</b>	21 dias
11	011-00328/15	0029800-92.2009.5.04.0011	<b>15.09.2015</b>	21 dias
12	011-00291/15	0001473-69.2011.5.04.0011	<b>22.09.2015</b>	14 dias
13	011-00326/15	0137800-60.2007.5.04.0011	<b>23.09.2015</b>	13 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 05.10.2015)

\* A Secretaria lançou prazo para cumprimento do mandado de citação até 15.10.2015.

## 8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correção à Assessoria Jurídica da Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 05.10.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou apenas **297 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.



## 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0000291-77.2013.5.04.0011
<p><b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Certidão no verso da fl. 256 com espaços em branco; ausência de carimbo 'em branco' no verso das fls. 321, 340,342,343 e 358; não foi lavrado termo para juntada do substabelecimento da fl. 360; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria.</p> <p><b>Movimentação processual:</b> Intimação às partes 13 dias após a publicação da sentença das fls. 193-202 (publicação em 10.04.2014 – notificações em 23.04.2014); manifestação das fls. 363-372 pendente de apreciação.</p>	
2	0001198-86.2012.5.04.0011
<p><b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Não foi lavrado termo para juntada da devolução postal da fl. 301; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria.</p> <p><b>Movimentação processual:</b> Os autos foram movimentados 60 dias após a expedição do mandado de citação da fl. 298 (certidão lavrada no verso da mesma folha, em 18.06.2015)</p>	
3	0000491-21.2012.5.04.0011
<p><b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Não foi lavrado termo para juntada da devolução postal da fl. 418; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria.</p> <p><b>Movimentação processual:</b> O prazo da notificação da fl. 411 expirou em 07.02.2014 e a certificação de decurso do prazo foi efetuada em 06.03.2014 (fl. 411/verso); conforme registros do Infor o prazo de suspensão do feito expirou em 11.11.2014 e o processo foi movimentado em 27.05.2015, 180 dias após (certidão e despacho da fl. 430); a petição das fls. 440-441 foi juntada 19 dias após a protocolização e não foi apreciada até o envio dos autos à Corregedoria.</p>	
4	0000567-45.2012.5.04.0011
<p><b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Ausência de carimbo 'em branco' no verso das fls. 379 e 399; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria.</p> <p><b>Movimentação processual:</b> O prazo da notificação da fl. 398 expirou em 31.08.2015, houve a devolução dos autos pelo procurador do autor, também em 31.08.2015, sem manifestação e, até o envio dos autos à Corregedoria não houve impulso processual.</p>	
5	0000354-39.2012.5.04.0011
<p><b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria.</p> <p><b>Movimentação processual:</b> Conforme andamentos do Infor, o mandado das fls. 199-200 foi devolvido à Secretaria em 17.12.2014 e o processo foi movimentado em 26.05.2015 (despacho da fl. 203); o processo não foi movimentado após a expedição do expediente da fl. 205, em 29.05.2015.</p>	
6	0000260-91.2012.5.04.0011
<p><b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Não foi certificado nos autos o retorno da carta precatória que encontra-se acostada na contracapa dos autos desde 08.07.2015; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria.</p> <p><b>Movimentação processual:</b> O segundo parágrafo do despacho da fl. 204 pende de cumprimento.</p>	
7	0001549-93.2011.5.04.0011
<p><b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Ausência de carimbo 'em branco' no verso das fls. 349 e 352; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria.</p>	



**Movimentação processual:** O prazo das notificações das fls. 342-343 expirou em 15.12.2014 e não houve certificação de decurso de prazo (o processo foi movimentado quando da juntada da petição da fl. 350, em 15.06.2015).

8 0000632-06.2013.5.04.0011

**Aspectos gerais dos autos:** Não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria.  
**Movimentação processual:** Nada a apontar.

9 0001461-21.2012.5.04.0011

**Aspectos gerais dos autos\*:** Não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria.  
**Movimentação processual:** Nada a apontar.

10 0000526-49.2010.5.04.0011

**Aspectos gerais dos autos\*:** Ausência de carimbo 'em branco' no verso das fls. 524-526 e 528; termo de juntada no verso da fl. 580 sem preenchimento, sem assinatura e sem identificação do servidor responsável; ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 581; identificação do servidor, quando da devolução dos autos à fl. 585, ilegível; não foi lavrado termo de juntada da devolução postal da fl. 590; não foi lavrado termo de remessa dos autos à Corregedoria.

**Movimentação processual:** Decorreram 19 dias da protocolização da petição da fl. 586 (12.06.2015) ao despacho proferido à fl. 587 (03.07.2015).

*\* Os aspectos gerais dos autos são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.*

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No exame da listagem de processos parados no Sistema inFor, não foram encontradas práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos. Do total de **297 processos** sem movimentação, constatou-se que esses estão regulares ou com procedimentos em andamento, em razão de que aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria, num prazo regular, razão pela qual é elogiável a rotina de trabalho da Unidade no tocante a este aspecto da inspeção correccional.

## 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **não observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, sobre o pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

## 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal,



**ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

## 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **não determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconSIDERAÇÃO da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

## 9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

A implantação do PJE na Unidade Judiciária ocorreu em 23.09.2013. Para efeito correccional, foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 08.10.2015 e 14.10.2015 com nova verificação na data da inspeção, juntamente com a Diretora de Secretaria. A posição, na data da visita correccional, é a que segue:

Agrupador	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos c/petições avulsas	-	06	03 processos	14.10.2015
C/habilitações não lidas	-	07	-	15.10.2015
C/pedido de liminar	-	-	-	15.10.2015
C/petições não apreciadas	-	31	18 processos	14.10.2015
Mandados devolvidos OJ	-	07	-	15.10.2015
Pasta	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando cumprimento providência	Conhecimento	172	30 processos na subpasta 11 a 20.10.2015	15.10.2015
Aguardando cumprimento providência	Liquidação	13	02 processos na subpasta 1 a 10.10.2015	15.10.2015
Aguardando cumprimento providência	Execução	29	02 processos na subpasta 1 a 10.10.2015	15.10.2015
Aguardando ciência	Conhecimento	20	01 processo	06.10.2015
Aguardando ciência decisão-ConPra	Conhecimento	27	15 processos	06.10.2015
Aguardando ciência decisão-ConPra	Execução	-	-	15.10.2015
Aguardando término dos prazos	Conhecimento	127	20975.52.2015	11.09.2015



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Aguardando término dos prazos	Liquidação	37	20361.81.2014	29.09.2015
Aguardando término dos prazos	Execução	61	04 processos	24.09.2015
Apreciar urgentes	-	-	-	15.10.2015
Controle de Sobrestamento-suspensão	Conhecimento	10	-	15.10.2015
Controle de Sobrestamento-suspensão	Liquidação	-	-	15.10.2015
Controle de Sobrestamento-suspensão	Execução	01	20423.24.2014	27.06.2014
Controle manual prazo pós sent.	Conhecimento	47	38 processos na subpasta 11 a 20.10.2015	15.10.2015
Controle manual prazo pós sent	Liquidação	-	-	15.10.2015
Controle manual prazo pós sent	Execução	-	-	15.10.2015
Prazos vencidos	Conhecimento	-	-	15.10.2015
Prazos vencidos	Liquidação	-	-	15.10.2015
Prazos vencidos	Execução	-	-	15.10.2015
Remeter ao 2º grau	-	02	20267.70.2013 (*) 20015.67.2013 (*)	01.10.2015 08.10.2015
Triagem inicial	-	35	21417.18.2015 21418.03.2015	02.10.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

(\*) Processos com problemas técnicos que estão inviabilizando a remessa ao 2º grau.

Verificou-se que os processos são movimentados regularmente e, relativamente à designação de audiências iniciais, a Unidade observa o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

Constatou-se que há bom gerenciamento, verificação periódica das tarefas e movimentação processual satisfatória dos processos que tramitam no meio eletrônico. As pastas e subpastas criadas possibilitam boa organização e visualização das tarefas a serem executadas pela Unidade.

## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.



## **11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

O acervo processual da unidade manteve certa tendência de elevação nos últimos três anos, conforme levantamento de dados junto ao sistema eGestão, devendo ser ressaltado o bom desempenho na fase de execução, cujos encerramentos, nos anos de 2013 e 2014, foram muito significativos e tiveram bom impacto na manutenção de um acervo compatível com movimentação processual do Foro Trabalhista da Capital. Quanto à celeridade na tramitação processual, observa-se que, na fase de conhecimento, apesar do prazo manter-se acima da média regional, decresceu em relação ao ano anterior; já quanto às fases de liquidação e de execução, a unidade apresentou muito bons resultados, sobretudo na fase de execução, cujo lapso de tramitação tornou-se sensivelmente inferior à média regional em 2015. Em relação à fase de liquidação, conforme informado pela Diretora de Secretaria, o bom desempenho tem sido mantido como resultado da prática adotada de manter-se servidor(a) designado para acompanhar a tramitação na fase e examinar as contas de liquidação. Conforme ponderado com os gestores da unidade, ainda foram constatados certos lapsos de tramitação no exame dos processos físicos, entretanto, como se pode verificar durante a inspeção, tais apontamentos não foram muito significativos e estiveram claramente relacionados a situações e/ou dificuldades de trâmite decorrentes de certa complexidade para dar prosseguimento aos feitos.

O Juiz Substituto Rodrigo Machado Jahn esteve presente e se mostrou comprometido com a jurisdição e interessado em envolver-se com a gestão da unidade de forma a propiciar sempre melhores resultados. Demonstrou, também, excelente produtividade, não tendo sido encontrado nenhum processo concluso para prolação de sentença além do prazo legal.

Ao final da Correição, a Corregedora reconheceu o trabalho e comprometimento da equipe e possibilitou o uso da palavra para todos os presentes.

## **12 RECOMENDAÇÕES**

### **ITEM 5.1.2. (Meta CNJ 2 - 2010)**

Recomenda-se que a Unidade Judiciária acompanhe o trâmite do processo nº 0008300-39.2005.5.04.0001, que tramita perante a 1ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, para que, tão logo finda a causa da suspensão do processo nº 0107500-52.2006.5.04.0011, tome as medidas necessárias para que este feito tenha tramitação prioritária, com prolação de sentença no menor prazo possível.

### **ITEM 5.3.1 (Meta CNJ 1/2015)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2014 foi inferior ao número de processos distribuídos no



mesmo período (item 5.2.1), de forma que a meta CNJ 1/2014 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.

Cumprir-se destacar, por relevante, que os dados apurados até 31.08.2015 apontam tendência de cumprimento da meta no presente ano.

### **ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5 - 2015)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

### **ITEM 6.3 - PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS**

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais, e o lapso de 180 dias para o encerramento da instrução desde a realização da audiência inicial.

## **13 DETERMINAÇÕES**

### **ITEM 3.4.3 - BANCO NACIONAL DE DEVEDORES TRABALHISTAS**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;

b) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos descritos no item 3.4.3**, com o registro no campo "quitado" na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;

c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.



### ITEM 3.5 - INCIDENTES PROCESSUAIS

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

a) efetue a exclusão do andamento informatizado “Petição Protocolada – 290 – Embargos de Declaração – Oposição – RDA”, datado de 29.08.2011, no processo nº 0001104-12.2010.5.04.0011, seguida pelo lançamento, retroativo à referida data, do andamento “Petição Protocolada – 390 – Incidentes Processuais – Apresentação – RDA”;

b) efetue a exclusão do andamento informatizado “Petição Protocolada – 380 – Impugnação à Sentença de Liquidação – Apresentação – RDA”, datado de 06.06.2011, no processo nº 0014300-88.2006.5.04.0011, seguida pelo lançamento, retroativo à referida data, do andamento “Petição Protocolada – 280 – Embargos à Arrematação/Penhora – Apresentação – RDA”;

c) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 22.01.2013, relativos à conclusão para julgamento dos embargos à execução apresentados pela parte ré e da decisão que extinguiu, sem resolução de mérito, o referido incidente processual no processo nº 0120200-55.2009.5.04.0011;

d) efetue o lançamento do andamento informatizado, com data retroativa a 30.04.2015, relativo à extinção sem resolução de mérito da exceção de pré-executividade apresentada pela parte ré no processo nº 0001188-42.2012.5.04.0011.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

### ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO

Determina-se que a Unidade Judiciária retifique o andamento lançado no processo nº **0038100-97.1996.5.04.0011** para que conste sua conversão em diligência, conforme informado na visita correcional.

Cientifiquem-se os Juízes Substitutos **Edenir Barbosa Domingos** e **Giovani Martins de Oliveira** acerca dos processos conclusos há mais de 50 dias, indicados no item 6.7 deste relatório, para que profiram as sentenças com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

### ITENS 7.10.1 e 7.10.2 - ADVOGADOS E PERITOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCr.



### **ITEM 7.10.3 - MANDADOS – PRAZOS VENCIDOS HÁ MAIS DE 10 DIAS**

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.3 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

### **ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPG);
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais, cumprindo de imediato as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- d) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquelas verificadas nos processos nº 0000491-21.2012.5.04.0011, nº 0000354-39.2012.5.04.0011 e nº 0001549-93.2011.5.04.0011, analisados no item 8.1;
- e) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, inclusive devoluções postais, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;
- f) lavre nos autos certidões que noticiem retorno de cartas precatórias que, por determinação do Juízo, devam permanecer por algum período acostadas na contracapa dos autos principais, de modo que fique claro o fluxo processual, evitando situações como a noticiada no processo nº 0000260-91.2012.5.04.0011;
- g) movimente os processos nº 0000291-77.2013.5.04.0011, nº 0000567-45.2012.5.04.0011 e nº 0000260-91.2012.5.04.0011, analisados no item 8.1.

### **ITEM 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS**

Determina-se pronunciamento explícito sobre os pressupostos de admissibilidade recursal no despacho de recebimento dos recursos ordinários e dos agravos de petição.



## **14 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Substituto, a Diretora e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho.

## **15 PRAZO PARA RESPOSTA**

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

## **16 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Substituto Rodrigo Machado Jahn, pela Diretora de Secretaria Adriana Kirsch Trojahn e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Beatriz Renck**  
**Corregedora Regional**